

ÍNDICE GERAL

NOTA À 7. ^A EDIÇÃO	17
NOTA À 6. ^A EDIÇÃO	19
NOTA À 5. ^A EDIÇÃO	21
NOTA À 4. ^A EDIÇÃO	23
NOTA À 3. ^A EDIÇÃO	25
NOTA À 2. ^A EDIÇÃO	27
NOTA INTRODUTÓRIA	29
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS	31
I. INTRODUÇÃO	33
1. Caracterização do Direito Fiscal. A Autonomia do Direito Fiscal como Ramo de Direito	34
2. Princípios Estruturantes	36
3. A Coerência do Ordenamento Jurídico Fiscal	38
4. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais	40
5. O Direito Fiscal Internacional	41
6. O Direito Fiscal Europeu	43
7. Direito Fiscal, Pluralismos Jurídicos e Globalização	45
II. OS TRIBUTOS	47
1. O Conceito de Tributos	48
2. O Sistema Fiscal e Tipos de Normas	50
3. Os Impostos	52
3.1. Conceito e Elementos Essenciais	52
3.2. Elementos dos Impostos nos Estados de Direito	54
3.3. A Posição do Tribunal Constitucional	55
3.4. Conceito de Imposto na Doutrina Portuguesa	56

3.5. Conclusões	57
3.6. Classificações dos Impostos no Sistema Fiscal Português	58
3.6.1. Impostos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património	58
3.6.2. Impostos Reais e Impostos Pessoais: a Crise do Imposto Pessoal	63
3.6.3. Impostos Proporcionais, Progressivos e Regressivos	65
3.6.4. Impostos Diretos e Indiretos	67
3.6.5. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	68
4. As Taxas	70
4.1. Conceito e Elementos Essenciais	70
4.2. A Remoção de Obstáculos Jurídicos	71
4.3. A Quantificação das Taxas e o Princípio da Cobertura de Custos	73
4.4. A Manifesta Desproporcionalidade	74
4.5. Conclusões	76
4.6. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais	77
4.6.1. A Relação Jurídica Tributária	77
4.6.2. O Objeto das Taxas	78
4.6.3. O Princípio da Equivalência Jurídica	78
4.6.4. A Finalidade das Taxas e o Princípio da Justa Repartição dos Encargos Públicos	79
4.7. A Taxa Municipal de Proteção Civil	80
5. As Contribuições Financeiras	82
5.1. Conceito	82
5.2. As Contribuições Parafiscais	83
5.2.1. As Taxas de Regulação Económica e a Proteção Constitucional dos Contribuintes	85
5.2.2. A Quantificação das Taxas de Regulação Económica	86
5.3. Tributos Extrafiscais e Sanções	88
6. Os Benefícios Fiscais	92
III. A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	95
1. Noções Introdutórias	95
2. Sujeitos da Relação Jurídica Tributária	97
2.1. Categorias de Sujeitos Passivos	99
2.2. Contribuinte, Substituto e Substituído Tributário	100
2.3. A Responsabilidade Tributária: Caracterização, Pressupostos e Procedimento	101
2.4. Casos de Responsabilidade Tributária Previstos na Lei	104
2.4.1. Responsabilidade do Titular de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada	104
2.4.2. Responsabilidade Tributária dos Liquidatários das Sociedades	104

2.4.3. Responsabilidade de Gestores de Bens ou Direitos de Não Residentes	104
2.4.4. Responsabilidade em Caso de Substituição Tributária	105
2.4.5. A Responsabilidade dos Corpos Sociais e Responsáveis Técnicos de Sociedades de Responsabilidade Limitada, Cooperativas e Empresas Públicas	107
2.4.6. Responsabilidade Tributária e Culpa	109
2.4.7. A averiguação da Culpa dos Gestores e Responsáveis Técnicos	113
2.4.8. Outras Situações que poderiam Conduzir a Responsabilidade Tributária	115
2.5. Os Contribuintes Relevantes e os Intermediários	116
2.6. A Sucessão Tributária	118
3. Prestação Tributária e Deveres de Cooperação	118
4. Constituição, Alteração e Extinção da Relação Jurídica Tributária	119
4.1. Noções Introdutórias	119
4.2. <i>Tatbestand</i> Sistemático de Imposto	120
4.3. A constituição da Relação Jurídica Tributária	123
4.4. Alteração dos Elementos Essenciais da Relação Jurídica Tributária e o Exemplo dos Preços de Transferência e dos Acordos Prévios Vinculativos	123
4.5. A Proibição de Moratórias, a Indisponibilidade do Crédito Tributário, o Princípio da Igualdade e os Regimes Excepcionais de Regularização da Dívida Tributária (RERT I, II e III)	126
4.6. A Extinção da Relação Jurídica Tributária	129
4.6.1. Noções Introdutórias	129
4.6.2. As Modalidades de Cobrança ou Pagamento	129
4.6.3. Caducidade	132
4.6.4. Prescrição	134
4.7. Juros Compensatórios, de Mora e Indemnizatórios	134
IV. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FORMAIS E MATERIAIS	137
1. Noções Introdutórias	137
2. Estado Fiscal, Estado-Dívida e a Era Pós-Estado. O Memorando de Entendimento	138
V. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE FISCAL	143
1. Noções Introdutórias	144
2. O Direito de Resistência	145
3. A Reserva de Lei Fiscal e sua Justificação	146
4. A Reserva de Lei Competencial	149

4.1. Reserva Relativa de Competência da AR em Matéria Fiscal e as Competências de Harmonização Fiscal da UE	149
4.2. As Autorizações Legislativas ao Governo	150
4.3. As Exigências de Determinação das Leis de Autorização Legislativa	152
4.3.1. A Tripla Vertente das Autorizações Legislativas	153
4.3.2. A Função de Orientação Política	153
4.3.3. Sentido das Autorizações Legislativas e os Elementos Essenciais do Imposto	154
4.4. O Poder Tributário das Regiões Autónomas	157
4.4.1. O Poder Tributário Próprio	158
4.4.2. Criação de Impostos vs. Adaptação dos Elementos Essenciais do Imposto	161
4.4.3. Poder Tributário Próprio e de Adaptação nas Leis das Finanças Regionais	162
4.5. O Poder Tributário das Autarquias Locais	164
5. A Reserva Material ou Princípio da Tipicidade Fiscal	166
5.1. Noções Introdutórias	166
5.2. Art. 103.º n.º 2 da Constituição e os Elementos Essenciais dos Impostos	166
5.2.1. <i>An</i> e o <i>Quantum</i> da Obrigação Tributária – A Incidência em Sentido Amplo	168
5.2.2. Lançamento e Liquidação e a Quantificação do Imposto	169
5.2.3. A «Taxa» (Imposto) de Comercialização de Produtos de Saúde, a sua Quantificação e a Reserva de Lei	170
5.2.4. Tribunal Constitucional: Quantificação, Regras Materiais ou Substantivas e Regras Procedimentais ou Processuais	171
5.2.5. A Taxa ou Alíquota	174
5.2.6. Os Benefícios Fiscais no Contexto do Art. 103.º, n.º 2, da CRP	174
5.2.7. As Garantias dos Contribuintes	176
5.3. Criminalização, Agravação, Descriminalização ou Atenuação	176
5.4. Restrições e Desagravamentos das Garantias dos Contribuintes-Administrados	178
6. Determinação e Indeterminação	180
6.1. Conceito	180
6.2. Grau de Determinação Legal Exigível e Controlo Judicial	182
6.3. A Posição da Jurisprudência	187
6.4. Remissões da Lei Formal para Regulamento ou Decreto-Lei não Autorizado	189
7. O Art. 103.º n.º 3 da CRP	190

VI. O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA RETROATIVIDADE FISCAL	193
1. Conceito e Critérios	193
2. Leis Procedimentais e Processuais	194
3. Leis Substantivas	199
3.1. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	199
3.2. As Taxas Liberatórias e as Tributação Autónomas	201
3.3. Conceito de Retroatividade para Efeitos do IVA	206
4. A Proibição da Retroatividade como Manifestação do Princípio da Segurança Jurídica	207
5. A Posição do Tribunal Constitucional	208
6. Conclusões	214
7. Retrospectividade e Princípio da Proteção da Confiança	215
7.1. Significado de Retrospectividade	215
7.2. Princípio da Proteção da Confiança: Critérios Jurisprudenciais de Densificação	216
7.3. A Pouca Relevância Dada à Proteção da Confiança?	218
7.4. Os Princípios da Proteção da Confiança e da Auto-Revisibilidade das Leis	219
8. Normas Oneradoras e Normas Desoneradoras do Sujeito Passivo	221
9. Cláusulas Antiabuso	222
10. A Lei Retroativa Interpretativa	222
VII. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FISCAL	227
1. Noções Introdutórias	227
2. A Justiça Fiscal	229
3. O Princípio da Capacidade Contributiva como Princípio Estruturante e Medida da Igualdade Económica aplicada aos Impostos	229
4. Os Princípios da Capacidade Contributiva, a Comparabilidade e o Benefício	231
4.1. O Princípio do Benefício	232
4.2. A Comparabilidade nos Impostos sobre o Rendimento	232
4.3. A Comparabilidade nos Impostos Estáticos sobre o Património: a Verba 28.1 do Imposto do Selo e o Adicional ao IMI	232
4.4. A Comparabilidade nos Impostos Parcelares sobre o Consumo	237
4.5. A Comparabilidade de Pessoas e de Bens Consoante os Diferentes Tipos de Impostos	237
5. A Proibição de Impostos Confiscatórios	239
6. Tributos Sinalagmáticos	239

VIII. O PRINCÍPIO DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO REAL	241
1. Tributação do Rendimento Real e Deveres Declarativos e de Cooperação. A Fiscalização	242
2. A Tributação do Rendimento Real das Empresas e a Dedutibilidade dos Gastos	244
3. O Caso da Dedutibilidade de Juros	246
3.1. Os Juros como Gastos Dedutíveis Associados à Gestão de Ativos e à Realização de Investimentos	246
3.2. A Dedutibilidade de Juros Devidos para Financiar uma Entidade Relacionada	248
3.3. A Dedutibilidade dos Gastos após a Reforma de 2014 – A Nova Redação do Art. 23.º do CIRC	252
4. O Alcance da Tributação do Rendimento Real: Limites Traçados pelo Princípio da Capacidade Contributiva e os Direitos de Propriedade e Iniciativa Privada	254
5. A Importância da Tributação do Rendimento Real	256
6. O Mito da Tributação do Rendimento Real	257
7. Métodos Indiretos de Tributação na LGT	260
7.1. Noções Introdutórias	260
7.2. Os Pressupostos para a Aplicação dos Métodos Indiretos	261
7.3. Métodos Indiretos e Diminuição da Medida da Prova	262
7.4. As Manifestações de Fortuna como Presunção de Rendimento Não Declarado	263
7.5. Conclusões	267
8. A Tributação do Rendimento Real e as Tributações Autónomas	268
8.1. As Despesas Não Documentadas e Despesas Confidenciais	268
8.2. Evolução Histórica do Regime Jurídico-Fiscal Aplicável às Despesas Não Documentadas	269
8.3. A Tributação Autónoma	270
8.4. Caracterização da Tributação Autónoma	272
8.5. O Regime das Despesas Não Documentadas no Direito Comparado	274
8.6. Enquadramento Jurídico-Constitucional da Tributação Autónoma	275
8.6.1. A Jurisprudência do STA e do Tribunal Constitucional	275
8.6.2. A Caracterização da Tributação Autónoma pela Doutrina	279
8.7. Conclusões	279
IX. O PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE	283
1. As Presunções Inilidíveis e as Tipificações Legais	283
2. A Constitucionalidade das Tipificações Legais	285
3. As Presunções Consagradas nas Normas de Incidência Tributária, os Artigos 73.º e 74.º da LGT e 64.º do CPPT	288
4. A Proibição de Presunções e o Ónus da Prova em Direito Fiscal	292

X.	A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS FISCAIS	295
1.	Noções Introdutórias	295
2.	A Interpretação da Lei Fiscal segundo os Critérios de Interpretação	297
3.	A Importação pela Lei Fiscal de Conceitos do Direito Civil e de Outros Domínios Científicos	300
3.1.	A Interpretação Autónoma e o Art. 11.º n.º 2 da LGT	300
3.2.	A Interpretação segundo a Substância Económica dos Factos e o Art. 11.º n.º 3 da LGT	301
4.	A Interpretação conforme à Constituição e ao Direito Europeu e Internacional	302
5.	Indeterminação Legal e Analogia	302
6.	Interpretação Teleológica, Analogia e Abuso	304
XI.	A ELISÃO OU ABUSO FISCAL, EVASÃO E FRAUDE FISCAIS, E PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO	307
1.	Segurança Jurídica e Justiça Fiscal	308
2.	Da Inexistência de Facto Tributário à Evasão e Fraude Fiscais	309
3.	Planeamento Fiscal e Moralidade Fiscal	310
4.	Lacunas Legais Intencionais e Não Intencionais	312
5.	Lacunas Não Intencionais e Disparidades	314
6.	Técnicas Legislativas de Redução das Lacunas Não Intencionais	315
7.	Técnicas Legislativas de Redução das Disparidades	316
8.	A Evasão Fiscal	317
9.	A Elisão ou Abuso Fiscal	317
9.1.	A Necessidade de Cláusulas Antiabuso	319
9.2.	O Carácter Não Ilícito da Elisão Fiscal e Reação Legal Inadequada	322
9.3.	A Cláusula Geral Antiabuso – Artigo 38.º ns. 2-6 da LGT	324
9.4.	A Reação ao Abuso nos termos da Cláusula Geral Antiabuso	328
9.5.	O Artigo 63.º do CPPT	330
9.6.	O Artigo 38.º ns. 2-6 da LGT e o Artigo 1.º da Diretiva Antiabuso: a Competência do TJUE	332
9.7.	Planeamento Fiscal vs Abuso Fiscal: o Caso da Isenção das Mais-Valias Resultantes da Alienação de Ações	332
9.8.	Os Preços de Transferência	335
9.9.	Acordos Prévios de Preços de Transferência	340
10.	O Princípio da Proibição do Abuso no Direito Europeu	341
10.1.	Impostos Societários, Outros Impostos Diretos Não Harmonizados, Impostos Diretos Parcialmente Harmonizados	344
10.2.	IVA	346
10.3.	Recomendação de Cláusulas Gerais Antiabuso	348

11. A Elisão Fiscal no Direito Comparado	350
12. «O Teste da Finalidade Principal» (Principal Purpose Test, «PPT») na Ação 6 do BEPS	352
13. Os Deveres de Comunicação de Mecanismos e o Teste do Benefício Principal: o Conceito de Abuso na Lei n.º 26/2020	353
14. Evasão Fiscal, Elisão ou Abuso Fiscal e Planeamento Fiscal Agressivo	356
XII. O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO PORTUGUÊS	359
1. O Procedimento e o Processo Tributário Português	359
1.1. Introdução	359
1.2. O Procedimento e o Processo Tributário Português	360
1.3. A Relação entre a Lei Geral Tributária e o Código de Procedimento e de Processo Tributário	361
1.4. O Objeto e Alcance da LGT e do CPPT	363
1.5. A Complexidade do CPPT e a Simplicidade da Arbitragem	365
1.6. As Medidas Extraordinárias Previstas pelo DL n.º 81/2018, de 15/10	366
1.7. A Tutela Judicial Efetiva no Contencioso Tributário Assegurada por Três Meios Judiciais	367
2. O Processo Judicial Tributário	368
2.1. O Processo Judicial Tributário: Conceito	368
2.2. A Legislação Aplicável ao Processo Judicial Tributário	369
2.3. A Interpretação e Integração das Leis Processuais	372
2.3.1. A Integração de Lacunas por Recurso à Analogia	372
2.3.2. A Integração de Lacunas de Normas de Natureza Procedimental ou Processual dos Códigos e Leis Tributárias	374
2.3.3. O Recurso ao Direito Subsidiário – o Art.º 2.º do CPPT	376
2.4. A Aplicação das Leis Processuais no Tempo	378
2.5. Tipos de Processo	380
2.6. Atos Impugnáveis	382
2.6.1. A Impugnação de Atos em Matéria Tributária	384
2.6.1.1. A Determinação da Matéria Tributável	384
2.6.1.2. As Decisões de Correção Quantitativa da Matéria Tributável	385
2.6.2. A Impugnação de Atos Tributários	385
2.6.3. A Impugnação de Atos em Matéria Tributável	386
2.6.4. A Impugnação de Atos Administrativos Relativos a Questões Tributárias	387
2.6.5. A Impugnação de Autoliquidações, Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta	388
2.6.6. A Reclamação Prévia no Processo de Impugnação Judicial	389
2.6.7. A Impugnação Judicial de Atos da Fase Administrativa do Processo Contraordenacional Fiscal	390

2.6.8. A Impugnação de Atos da Administração Tributária em Sede da Execução Fiscal	390
2.6.9. A Impugnação de Normas Jurídicas Tributárias	391
2.7. Formas do Processo	391
2.7.1. As Formas de Tutela Jurisdicional	391
2.7.2. A Impugnação Judicial de Atos e a Impugnação de Normas Jurídicas Tributárias	398
XIII. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	399
1. Introdução	399
2. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	402
2.1. Unicidade e Progressividade	402
2.2. Rendimento Líquido	405
2.3. Distinção entre Categorias	407
2.4. Sujeitos Passivos e Agregado Familiar	409
2.5. Englobamento e Progressividade v. Taxas Liberatórias ou Autónomas Proporcionais	410
2.6. Taxas Especiais	412
3. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	413
3.1. Objeto e Sujeitos Passivos	413
3.2. Determinação da Matéria Tributável	414
3.3. Taxa	417
4. O IVA	418
4.1. Características Gerais	418
4.2. Objeto do Imposto e Sujeitos Passivos	419
4.3. A Neutralidade do Imposto	419
4.4. Taxa, Liquidação e Cobrança do IVA	420
4.5. Taxas Múltiplas e Isenções Incompletas	421
5. Os Impostos sobre o Património	423
5.1. Considerações Gerais	423
5.2. O IMI	423
5.2.1. Incidência e Conceito de Prédio	423
5.2.2. Avaliação dos Prédios	426
5.2.3. Matrizes Prediais e Titularidade dos Prédios	427
5.3. As Taxas do IMI	428
5.4. O Adicional ao IMI	429
5.5. A Iniquidade do IMI e do Adicional ao IMI	433
5.6. A Tributação do Património Mobiliário e a Troca de Informações	435
6. O IMT	436
7. O Imposto de Selo	438

DIREITO FISCAL

8. Impostos Especiais sobre o Consumo	439
9. Os Novos Desafios do Sistema Fiscal Português	441
9.1. A Pretensão de um Sistema Fiscal	441
9.2. Ausência de Sistema Fiscal: Causas	441
9.3. A Validade do Direito Fiscal à luz de Hart	443
9.4. Envelhecimento da População, Economia Digital, Economia Verde	444
9.5. Competição e Competitividade através dos Impostos sobre o Rendimento	446
LISTA DE BIBLIOGRAFIA	457
ÍNDICE ANALÍTICO	473

NOTA À 7.ª EDIÇÃO

Nesta sétima edição do Direito Fiscal, faz-se referência a alguns dos regimes legais aprovados no último ano, bem como a jurisprudência do Tribunal Constitucional e da Secção do Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo. Introdzem-se também algumas reflexões sobre a redução da taxa do IRC e a flat tax. Um agradecimento especial é devido à Mestre Daniela Pessoa Tavares pela recolha e sistematização da jurisprudência.

Lisboa, setembro de 2022.

NOTA À 6.ª EDIÇÃO

Nesta sexta edição do Direito Fiscal, incluímos jurisprudência recente e selecionada, também do CAAD, sobre matérias controversas e sobre regimes recentes, de que é exemplo o adicional ao IMI.

Lisboa, julho de 2021.

NOTA À 5.ª EDIÇÃO

Nesta quinta edição do Direito Fiscal, damos conta dos mais recentes desenvolvimentos em matéria de planeamento fiscal agressivo, deveres de comunicação e cláusulas antiabuso (em especial, a nova cláusula geral antiabuso). Introduzimos também a discussão sobre a ausência de sistema fiscal e os desafios que se colocam no contexto da revolução digital.

Lisboa, setembro de 2020.

NOTA À 4.ª EDIÇÃO

Nesta quarta edição do Direito Fiscal, introduzimos um capítulo sobre o contencioso tributário. Nele analisamos criticamente o regime procedimental e de processo judicial contidos na Lei Geral Tributária e no Código de Procedimento e Processo Tributário, e fazemos referência ao papel da arbitragem tributária em Portugal. A metodologia seguida conjuga o estudo e reflexão críticos da doutrina e jurisprudência, tal como acontece nos restantes capítulos.

Lisboa, 10 de outubro de 2019.

NOTA À 3.ª EDIÇÃO

Esta terceira edição do Direito Fiscal introduz atualizações, e desenvolve ainda a análise crítica dos seguintes temas, em torno da jurisprudência: as taxas das autarquias locais (o regime geral das taxas das autarquias locais); o tributo de proteção civil de Lisboa declarado inconstitucional; o significado e alcance da retroatividade proibida (a caracterização da proibição da retroatividade como regra ou como princípio); a retroatividade das leis interpretativas; o princípio da igualdade, da capacidade contributiva e a verba 28.1. da Tabela Geral do Imposto do Selo e evolução recente; a dedutibilidade dos gastos das SGPS com as suas participadas.

Estes foram também alguns dos temas preparados pela autora para uma das provas da sua agregação, que tiveram lugar em 17 e 18 de maio do presente ano na Reitoria da Universidade de Lisboa. É devido mais uma vez um sentido agradecimento ao Mestre Paulo Marques com quem a autora debateu estes e outros temas.

Lisboa, setembro de 2018.

NOTA À 2.ª EDIÇÃO

Nesta segunda edição das Lições do Direito Fiscal faz-se uma atualização selecionada e comentada de jurisprudência sobre alguns dos temas tratados, tais como a proibição da retroatividade aplicada às mais-valias, e a utilização de presunções inilidíveis à luz da Constituição portuguesa. Introduce-se também um capítulo (XII) sobre a caracterização do sistema fiscal português, de índole essencialmente pedagógica, mas também crítica, nomeadamente quanto a alguns dos recentes desenvolvimentos na tributação do património.

É devido um agradecimento ao Mestre Paulo Marques pela leitura atenta do texto e um elogio ao seu contributo para a investigação e o ensino do Direito Fiscal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde que integra a equipa.

Lisboa, novembro de 2017.

NOTA INTRODUTÓRIA

Este *Direito Fiscal* pretende questionar os desafios e contradições quase insanáveis que a construção e estudo do sistema fiscal português hoje colocam ao nosso Estado, localizado num mundo em desacerto, bem como aos nossos juristas e juristas em formação. O Estado dos impostos, que era o nosso, ameaça crescer como um Estado Dívida, no conceito *habermasiano*, e perder os seus contornos de Estado Fiscal.

Portugal concorre com os seus parceiros e tem de arrecadar mais e mais receitas para pagar a dívida pública. Apela ao patriotismo, mas fomenta o exílio fiscal das pessoas singulares, com taxas progressivas de contornos confiscatórios, que não traduzem um imposto progressivo; tenta não provocar o exílio fiscal do investimento, mas ser ele próprio um destino de exílio deste e de residentes não-habituais.

Com a livre circulação do investimento, as linhas clássicas da soberania fiscal transmutam-se. Portugal, tal como os outros Estados da União Europeia, na OCDE e no resto do mundo, concorre para atrair investimento. A finalidade primeira dos impostos deixou de ser a prestação de bens e serviços públicos aos cidadãos-contribuintes-eleitores. Os impostos deixaram de ser coercivos, no sentido em que a relação jurídica tributária perdeu características importantes de indisponibilidade, o contribuinte globalizado escolhe se e onde paga impostos.

Enquanto aguardamos por padrões internacionais e regionais, lecionamos o Direito Fiscal com fronteiras legais fictícias e a sua sobrevivência num mundo em que elas não existem. E tentamos ensinar que os princípios constitucionais da segurança jurídica, da igualdade e justiça fiscal, do abuso e da praticabilidade devem ser interpretados de forma coerente.

O ensino do Direito Fiscal ao 4.º ano de Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, torna mais fácil a tarefa. Estudantes já maduros, atentos e motivados.

A eles e à equipa de Direito Fiscal, Paula Rosado Pereira, Gustavo Lopes Courinha, Nuno Oliveira Garcia, Sónia Martins Reis e outros que por ela passaram, devo a inspiração deste texto. Das discussões científicas e pedagógicas que vamos tendo em equipa, resulta a organização do programa, muito eficaz nos resultados obtidos pelos estudantes e na abertura ao mundo profissional não académico. E assim, vamos tentando construir um Direito Fiscal mais justo, sua razão de ser.

Lisboa, setembro de 2015.